

ENTRE O SUBDESENVOLVIMENTO E O “MILAGRE”: CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPITALISMO BRASILEIRO EM RUY MAURO MARINI E FRANCISCO DE OLIVEIRA

Mateus Filippa Meireles*

RESUMO: Este artigo tem como objetivo realizar uma análise comparativa dos pensamentos de dois cientistas sociais latino-americanos sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro durante um período histórico específico. Os autores são: Ruy Mauro Marini (1932-1997), intelectual e militante político, fundador da Teoria Marxista da Dependência, atuante na UNAM e na UnB; e Francisco “Chico” de Oliveira (1933-), sociólogo também marxista, professor da USP e pesquisador do CEBRAP, além de cofundador do Partido dos Trabalhadores. A temática aqui considerada foi o significado do golpe militar de Abril de 1964 para o capitalismo no Brasil e as transformações que esse sistema econômico sofreu até 1976

Palavras-chave: Economia brasileira – Teoria Marxista da Dependência – Francisco de Oliveira – Ruy Mauro Marini

ABSTRACT: This article consists of a comparative analysis of the works by two social scientists from Latin America on the subject of the Brazilian capitalism development during a specific historical period. These two authors are: Ruy Mauro Marini (1932-1997), an intellectual and political activist, main representative of the Marxist Dependency Theory, professor at the National Autonomous University of Mexico (UNAM) and the University of Brasilia (UnB); and Francisco “Chico” de Oliveira (1933-), another Marxist sociologist, professor at the University of Sao Paulo and researcher at the CEBRAP, also one of the founders of the Worker’s Party (PT) in Brazil during the 1980’s. The historical subject considered here was how the April 1964 *coup d’état* determined the changes that the Brazilian capitalism went through until 1976.

Keywords: Brazilian Economy – Marxist Dependency Theory – Francisco de Oliveira – Ruy Mauro Marini

É um desafio para as Ciências Humanas desenvolver e aplicar seus conceitos com a devida objetividade sem, ao mesmo tempo, cair na armadilha de produzir saberes desvinculados das realidades concretas que residem por trás dos seus instrumentos de análise. Como depreender, no campo dos estudos da História Econômica, de termos como “padrão de acumulação”, “oligopólios”, “transferência de valor”, “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”, a concretude das relações sociais imbricadas nos fenômenos que descrevem? Como reconstituir a materialidade do sangue e do suor derramados pelas centenas de milhares de sujeitos, trabalhadores, envolvidos na evolução histórica do modo de produção capitalista, que gerou um mundo, a um só tempo, de abundância e exploração, de incomparável crescimento técnico-científico e profundas contradições? Ao se falar de Economia, qualquer que seja a perspectiva teórico-metodológica adotada, fala-se de vínculos sociais, de implicações políticas e culturais, em suma, de vidas humanas.

Este texto tem o objetivo de exercitar esse mecanismo de abstração através de uma análise comparativa dos pensamentos de dois cientistas sociais latino-americanos sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro durante um período histórico específico. Os autores são: Ruy Mauro Marini (1932-1997), intelectual e militante político, fundador da Teoria Marxista da Dependência

cia, atuante na UNAM e na UnB; e Francisco “Chico” de Oliveira (1933-), sociólogo também marxista, professor da USP e pesquisador do CEBRAP, além de cofundador do Partido dos Trabalhadores. O assunto selecionado foi a transformação do capitalismo no Brasil a partir do golpe de 1964 até meados dos anos 1970, passando pelo período denominado “Milagre Brasileiro”.

Tal escolha justifica-se por três motivos: 1) a questão dos rumos do Brasil pós-1964 inquietou de igual maneira ambos os pensadores (Ruy Mauro Marini, mesmo durante seu longo exílio político, não deixou de prestar atenção aos desdobramentos do caso brasileiro); 2) o termo escolhido por Chico de Oliveira em 2003 para caracterizar seu país - “ornitorrinco”¹ - manifesta a urgência de novas reflexões acerca das contradições dessa economia, que atualmente ostenta dados invejáveis de crescimento, ao mesmo tempo em que, internamente, se expande o abismo da desigualdade social; e 3) porque falar de Brasil num artigo sobre pensadores latino-americanos não esconde um interesse em mostrar que esse país esteve e está tão integrado à história do continente quanto seus vizinhos, salvaguardadas as especificidades das trajetórias regionais.

Antes de proceder à análise dos textos selecionados, cabe traçar um panorama das origens do pensamento latino-americano sobre o capitalismo dependente, o que ajudará a entender a formação da sua vertente marxista na segunda metade do século XX, contexto de grande importância para compreender as obras dos dois autores.

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E DEPENDÊNCIA: CONTINUIDADES E RUPTURAS TEÓRICAS

Durante os primeiros cinquenta anos do século XX, o mundo foi sacudido por experiências sociais, econômicas e políticas que, em seu conjunto, levaram a um questionamento das teorias sociológicas que buscavam, desde o século XIX, explicar a sociedade moderna, entendida como o resultado máximo do processo de industrialização, bem como a passagem das formações culturais pré-industriais ou “tradicionais” para aquele novo modo de organização dos homens no espaço e no tempo.

Grosso-modo, as teorias do século XIX (que encontravam entre seus expoentes Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber e outros) ora viam a transição dos sistemas sociais “tradicionais” para a modernidade como expressão histórica da ação de forças sociais e econômicas, tais como o mercado e as burguesias nacionais; ora como resultado da predominância de uma cultura racional e utilitária que expressaria o máximo da natureza humana, libertada dos mitos e das tradições “anti-humanas”; ou como produto da superioridade racial e cultural das nações europeias.

O século XX trouxe desafios para essas concepções de mundo, tais como a crise do colonialismo, duas grandes guerras e uma grave crise do modo de produção capitalista. A partir da derrota nazista, a ideia da excepcionalidade europeia passou a ser rejeitada, e a configuração de um mundo polarizado – entre o “bloco capitalista”, capitaneado pelos Estados Unidos da América, e o “bloco socialista”, representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – fez vingar a noção de que a modernidade era um estágio social que

todos os povos estavam fadados a atingir, conquanto seguissem, ou o modelo de desenvolvimento identificado com o liberalismo anglo-americano, ou o modelo socialista – este último, dada a conjuntura de então, identificado com o stalinismo. Dessa forma, surgiu a literatura científica associada à “teoria do desenvolvimento”, que, de acordo com Dos Santos:

[concebia] o desenvolvimento como a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da produtividade máxima, a geração de poupança e a criação de investimentos que levassem à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional. (s/d, p. 3-4).

Nesse contexto, autores como Singer, Nurske, Perroux, Rostov e outros buscaram apontar com seus estudos qual seria o “segredo” para que as sociedades tradicionais, “atrasadas”, atingissem a condição de modernas, racionais, universalistas, em suma, desenvolvidas. A ideia central, fosse qual fosse o país e a instituição em que se produzia o conhecimento, era a do desenvolvimento como “um modelo ideal de ações econômicas, sociais e políticas interligadas que ocorreriam em determinados países, sempre que se dessem as condições ideais à sua ‘decolagem’” (DOS SANTOS, s/d, p. 5).

No contexto latino-americano, a Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL), organismo das Nações Unidas criado em 1948, apareceu como *lócus* de produção de um conhecimento voltado para a promoção do desenvolvimento capitalista nas sociedades daquele continente que se encontravam submetidas ao imperialismo estadunidense, sob toda a influência do clima econômico, político e espiritual que contagiava o mundo. A ruptura teórico-metodológica se produziu a partir do momento em que ficou claro que o fenômeno do subdesenvolvimento não se resumia a uma ausência de desenvolvimento. Essa tomada de consciência aconteceu no início da década de 1960, quando o capitalismo revelou sua

Incapacidade (...) de reproduzir experiências bem-sucedidas de desenvolvimento em suas ex-colônias (...) Mesmo países que apresentavam taxas de crescimento econômico bastante elevadas, tais como os latino-americanos, (...), estavam limitados pela profundidade da sua dependência econômica e política da economia internacional. Seu crescimento econômico parecia destinado a acumular miséria, analfabetismo e uma distribuição de renda desastrosa. (DOS SANTOS, s/d, p. 8).

No que diz respeito ao marxismo, a Revolução Cubana alimentou todo um questionamento da visão clássica sobre a construção do socialismo, associada ao modelo de Estado stalinista, uma vez que o evento significou a realização histórica de uma experiência socialista que não havia sido precedida pela etapa “necessária” da revolução burguesa. Entre os autores do recém-chegado neomarxismo, que rompeu com as explicações esquemáticas da III Internacional, figuraram Paul Baran e Paul Sweezy.

Dados esses antecedentes históricos, a Teoria da Dependência veio como uma alternativa às explicações dos teóricos desenvolvimentistas. Entre os diversos autores e linhas de análise que se situam nesse vasto campo de aborda-

gem do capitalismo dependente, é possível identificar quatro princípios comuns:

I) o subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados; II) O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal; III) O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista; IV) A dependência, contudo, não é só um fenômeno externo mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política). (DOS SANTOS, s/d, p. 10).

Na América Latina, em princípios da década de 1960, quando a industrialização já havia percorrido um caminho considerável e, mesmo assim, não se haviam atingido as metas esperadas pelos economistas da CEPAL, ocorreu uma ruptura no interior da própria Comissão. Os cepalinos já empregavam as categorias de “centro” e “periferia” nas suas análises do capitalismo internacional, enfatizando a importância da deterioração dos termos de troca como indicador do subdesenvolvimento. Malgrado o plano industrializante, surgiu uma preocupação em observar as particularidades do capitalismo periférico ou dependente. Em 1962 foi criado o ILPES, Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social, subordinado à CEPAL, que passou a reunir não apenas economistas, mas também cientistas sociais, no que se evidenciava um interesse pela produção multidisciplinar.

Dentro do ILPES circulou pela primeira vez, em 1966, o ensaio de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, “Dependência e desenvolvimento na América Latina”, que rompeu com as visões cepalinas no sentido de tratar das contradições entre fatores externos e internos na relação de dependência e da importância que haviam tido os arranjos de classe na formação das economias latino-americanas. No início desse trabalho a categoria “dependência” é proposta no sentido de *resgatar* “as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais internos e externos” (CARDOSO; FALETTI, 1973, p. 23).

Munidos desse conceito, Cardoso e Faletto tentaram explicar o subdesenvolvimento latino-americano a partir do desenvolvimento das forças produtivas de cada país e do grau de controle das mesmas pelas classes dominantes regionais. A iniciativa era deveras inovadora, pois rompia com as simplificações, até então corriqueiras, das relações entre “centro” e “periferia” no capitalismo mundial, simplificações que negligenciavam os fatores sociais internos das nações em situação de dependência. Entretanto, a ênfase sociológica do texto e os demais argumentos que ele levantava foram alvos de críticas contundentes por outros autores que se debruçavam sobre o tema da dependência. Um desses nomes foi o de Vânia Bambirra, que em seu livro clássico, “El capitalismo dependiente latinoamericano”, de 1974, afirmou:

(...) lo económico, en cuanto es tomado sólo como marco estructural en sentido tan general, no permite revelar, en toda su complejidad, la gama intrincada de la acción de los diversos grupos y clases sociales que actúan en función de intereses económicos objetivos, cuya imposición exige la lucha por la hegemonía política. (1978, p. 17).

Vânia Bambirra não foi a primeira marxista latino-americana a se apropriar da depen-

dência como objeto de estudo. Antes que Bambirra trouxesse sua contribuição, os trabalhos marxistas sobre esse tema surgiam no sentido de negar o caráter feudal das formações econômico-sociais latino-americanas, um pressuposto que até então estava, para usar um coloquialismo, “na moda”. Foram importantes os trabalhos de Sergio Bagú, Luis Vitale, Rodolfo Stavenhagen, André Gunder Frank² e Theotônio dos Santos, entre outros. Alguns dos princípios básicos que orientavam as respostas marxistas às teorias tradicionais são sintetizados por Osório:

- El capitalismo latinoamericano es un capitalismo específico y en su desenvolvimiento sigue una legalidad que no es la del capitalismo llamado industrial o desarrollado; - El subdesarrollo y los desequilibrios de las sociedades latinoamericanas son una resultante de la expansión mundial del capitalismo y de la reproducción de éste en su interior; - El rezago y los desequilibrios de la formación latinoamericana son, por tanto, el resultado de un capitalismo sui generis y no simplemente producto de una insuficiencia capitalista; - Por ello, más que alcanzar las metas y peldaños de las economías industriales, se recorre un camino diverso de profundización del subdesarrollo, con sus manifestaciones de opulencia y modernizaciones sobre un mar de miseria y atraso. (2004, p. 135).

Com esses princípios básicos, os estudos marxistas sobre o subdesenvolvimento latino-americano puderam avançar bastante em relação ao passado. No entanto, um dos maiores problemas na década de 1960 para o marxismo latino-americano era conseguir se aproximar de uma verdadeira Economia Política da dependência, o que em parte era explicável pelo fato de que a maioria dos autores daquela corrente tinha uma formação sociológica ou em alguma outra área alheia à Economia Política propriamente dita. Até então, as análises puramente econômicas eram feitas por escolas não-marxistas, como a cepalina. Portanto, o desafio era, antes de aprofundar-se no estudo do Estado, das classes, dos sistemas políticos, construir uma Economia Política marxista que desse conta da reprodução do capitalismo dependente na América Latina. Quem investiu nesse desafio foi justamente um sociólogo, nascido em Minas Gerais em 1932, chamado Ruy Mauro Marini.

RUY MAURO MARINI E A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA (TMD)

Diz Ruy Mauro Marini, na conclusão de sua “Memória” escrita em 1990, época em que era reintegrado ao corpo docente da UnB, do qual tivera que se retirar por ocasião do exílio nos anos 1960:

A pobreza teórica da América Latina, nos anos de 1980, é, numa ampla medida, resultado da ofensiva desfechada contra a teoria da dependência, fato que preparou o terreno para a reintegração da região ao novo sistema mundial que começava a se gestar e que se caracteriza pela afirmação hegemônica, em todos os planos, dos grandes centros capitalistas. (2011a, p. 128).

A insatisfação do teórico e militante de esquerda marxista, evidenciada no ex-

certo citado, é explicada pelo desmonte da produção acadêmica crítica sobre a realidade do subdesenvolvimento latino-americano que se operou no Brasil nos sucessivos governos neoliberais pós-redemocratização. A trajetória deste mineiro, nascido em Barbacena em 1932, evidencia o oposto do que vem sendo a morte da crítica na academia brasileira.

Filho de um funcionário público e de uma descendente da velha aristocracia mineira, Marini realizou seus estudos superiores na Universidade do Brasil, de 1953 a 1957, local que mais tarde viria a se tornar a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Usufruiu de uma bolsa de estudos em Ciências Sociais na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, e posteriormente estudou em Paris durante quatro anos, aproximando-se das obras de Marx e Lênin e das análises econômicas gestadas na CEPAL. Foi também na França que ele tomou contato com o grupo que editava a revista brasileira *Movimento Socialista*. Aquele mesmo grupo formaria a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), primeira expressão no Brasil da esquerda revolucionária latino-americana. Em 1962, recém fundada a UnB, Marini integrou-se à instituição como auxiliar de ensino e, mais tarde, tornou-se professor assistente.

Na UnB Marini realizou uma de suas experiências “mais ricas”, lecionando perto de Victor Nunes Leal, Lincoln Ribeiro, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Levi Santos, André Gunder Frank e outros. A teoria da dependência como crítica à CEPAL já começava a se desenvolver, mas, segundo o intelectual:

No nível teórico, isso só viria a dar todos os seus frutos após o golpe militar de 1964, quando, limitada em sua militância, a jovem intelectualidade brasileira encontraria tempo e condições para se dedicar plenamente ao trabalho acadêmico e se veria, de fato, convocada a isso pela situação reinante em toda a América Latina, assolada pela contrarrevolução. (2011a, p. 64).

No primeiro exílio, em 1964, Marini refugiou-se no México e foi recebido por um pequeno grupo de asilados. Passou a trabalhar, então, no Colégio do México (Colmex), no qual, munido de tempo e incentivo, dedicou-se a estudar os problemas latino-americanos, em especial a natureza do Estado ditatorial recém-instaurado no Brasil. Em 1967, o Centro de Estudos Internacionais do colégio criou a primeira pós-graduação em estudos latino-americanos e convidou Marini para coordená-la. Naquele mesmo ano ele escreveu “Subdesenvolvimento e revolução”, obra cuja primeira edição foi de 1969 e que continha alguns ensaios nos quais já vinha trabalhando ao longo da década. Naquele que será analisado aqui, “A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil”, o sociólogo buscava “desvendar as grandes linhas do processo histórico do Brasil moderno e a gestação das condições da revolução socialista” (MARINI, 2011a, p. 69).

Naquele momento não estava claro para os intérpretes do Brasil, especialmente os marxistas, qual era a natureza do golpe de 1964 (se uma revolução burguesa, por exemplo), e era grande a incerteza sobre as suas consequências. Em 1968, por convite de Leopoldo Zea, Marini foi para a Unam (Universidade Nacional Autônoma do México) e lá exerceu grande influência sobre os estudantes, organizando tertúlias e seminários de leitura d’O Capital até mesmo em sua própria casa, a partir do momento em que essa prática tornou-se inviável institucionalmente.

O segundo exílio, desta vez para o Chile, ocorreu em 1969, quando as denúncias sobre o massacre de estudantes em Tlatelolco vieram a público e causaram uma crise diplomática para o governo mexicano. A pressão sobre os estrangeiros exilados aumentou tanto que Marini e outros colegas tiveram que se retirar. No Chile, Marini entrou para o Centro de Estudos Socioeconômicos (Ceso), na época o maior centro de formação intelectual e política do continente, e dedicou-se também à militância junto ao MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária). Até 1973, Marini acompanharia de perto a experiência da *via chilena*, antes de ser obrigado a exilar-se novamente - a *via chilena* que, paradoxalmente, abriu espaço para a crítica universitária e removeu os intelectuais da academia³.

Foi naquele período fértil que Marini produziu o texto fundamental da Teoria Marxista da Dependência, resultado da síntese de uma série de materiais que ele vinha reunindo desde 1966 com informações estatísticas e históricas sobre o subdesenvolvimento na América Latina, que foi o mais aplaudido e o mais criticado em toda a sua trajetória: “Dialética da dependência”, publicado pela primeira vez em 1972. É importante observar a originalidade e a atualidade desse texto para a explicação da dependência latino-americana. Nas palavras do próprio Marini:

A *démarche* teórica que ali realizei consistiu, essencialmente, em rejeitar a linha tradicional de análise do subdesenvolvimento, mediante a qual este se captava através de um conjunto de indicadores, os quais, a seu turno, serviam para defini-lo: o resultado não era simplesmente descritivo, mas tautológico. Assim, um país seria subdesenvolvido porque seus indicadores relativos à renda *per capita*, à escolaridade, à nutrição etc. correspondiam a certo nível de uma escala dada, e esses indicadores se situariam nesse nível porque o país era subdesenvolvido. (...) Em vez de seguir esse raciocínio e fiel a meu princípio de que o subdesenvolvimento é a outra cara do desenvolvimento, eu analisava em que condições a América Latina havia-se integrado ao mercado mundial e como essa integração: a) funcionara para a economia capitalista mundial e b) alterara a economia latino-americana. (2011a, pp. 86-87).

“Dialética da dependência” é um texto difícil e ainda hoje suscita debates. As críticas não tardaram a aparecer⁴, e Marini sempre as respondeu com o devido rigor e honestidade intelectual. “Dialética da dependência” deixou três contribuições conceituais, de um ponto de vista rigorosamente marxista: os conceitos de “dependência”, “superexploração” e “subimperialismo”.

O primeiro é entendido como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2011b, p. 141). “Superexploração” diz respeito ao mecanismo utilizado pelos capitalistas da periferia para compensar suas perdas nas relações com a economia internacional, aumentando a massa de valor apropriada pela violação do valor real da força de trabalho, e é um fenômeno típico do capitalismo dependente, do capitalismo *sui generis* (MARINI, 2011b, pp. 154-156). O “subimperialismo” acontece quando alguma ou algumas dentre as economias dependentes executam um papel de dominação em relação às demais economias em situação semelhante, ou seja, quando os países latino-americanos dependentes reproduzem entre si a mesma relação de exploração que se dá entre as nações capitalistas desenvolvidas e a América Latina (MARINI, 2011b, pp. 179-180).

Paralelamente à efervescência intelectual que se via no Chile e da qual Marini fazia parte, outro autor brasileiro nascido na mesma geração e que também bebeu do marxismo como corpo teórico fazia seu itinerário político num Brasil dominado pela contrarrevolução: tratava-se de Francisco de Oliveira.

CHICO DE OLIVEIRA: UM INTÉRPRETE DO BRASIL

Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira, ou “Chico de Oliveira” (1933-...), é sem dúvida alguma um dos maiores cientistas sociais que o Brasil já legou ao pensamento latino-americano. A leitura de sua vida e obra é muito importante para quem busca compreender a produção intelectual sobre a formação econômica brasileira a partir dos anos 1950, além das vicissitudes pelas quais passou a militância política de esquerda no Brasil durante o período.

Não é do escopo deste trabalho entrar em detalhes quanto aos fatos biográficos⁵. Em linhas gerais, cabe dizer que Chico de Oliveira concluiu sua formação em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia de Recife, em 1956, e após trabalhou no Banco do Nordeste, de onde migraria um ano mais tarde para a Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, onde tomou conhecimento a respeito de um curso oferecido pela CEPAL, com patrocínio do BND, no Rio de Janeiro. Esse curso teve uma influência vital na sua formação, pois foi naquele espaço que ele entrou em contato com Celso Furtado, gênio do desenvolvimentismo no Brasil durante o governo Kubitscheck, que o apadrinou e o levou para a SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), em 1959.

Na SUDENE, Chico de Oliveira seria o “braço direito” de Celso Furtado, cujos projetos de políticas econômicas seguiam uma linha claramente reformista que tinham como estratégia nodal para o desenvolvimento do Brasil a industrialização. Esse pensamento reformista contribuiu para que o intelectual e político entrasse para a lista de cassados depois do Golpe Militar de 1964, evento que acarretou consequências inclusive para Oliveira, que passou vários dias numa prisão do Recife. Após 1964, seguiu-se na vida de Chico um período “errante”, marcado pelo exílio (que durou pouco) e por sucessivas peregrinações pelo Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Guatemala e México, incluindo experiências de trabalho na CEPAL, até o momento em que se fixou, por convite de Octavio Ianni, no CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), em 1970.

É importante reter, para os fins desta análise, a experiência de Oliveira no espaço do CEBRAP, pois foi lá que o autor produziu seus ensaios “Crítica à razão dualista”, de 1972, e “Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976)”, de 1977. O segundo, escrito em co-autoria com Frederico Mazzuchelli, integra o livro “Economia da Dependência Imperfeita”, publicado num momento em que Oliveira já tem uma influência considerável na intelectualidade brasileira.

O primeiro texto foi escrito em resposta a um artigo de Fernando Henrique Cardoso, publicado na revista Estudos CEBRAP também em 1972, cujo título era “O Regime Político Brasileiro”⁶. Nesse artigo, Cardoso caracterizava o Golpe de 1964 como uma “revolução burguesa”, e o Estado originado daquela ruptura como “economicamente avançado” e “progressista”. Seu

texto fez germinar inúmeras discussões, que saíram dos chamados “mesões” que os intelectuais do CEBRAP (José Giannotti, Procópio Ferreira, Francisco Weffort e outros) promoviam no interior do centro de pesquisa e se materializaram em duas críticas escritas – a já citada, de Francisco de Oliveira, e o artigo de Paul Singer, “O Milagre Brasileiro: causas e consequências”⁷.

Em “Crítica à razão dualista”, Oliveira propôs uma explicação da economia brasileira a partir do momento em que a indústria se tornara o ponto central de seu desenvolvimento – a rigor, da Revolução de 1930 em diante -, e para isso fez uso do materialismo histórico e dialético, considerando tanto os fatores do sistema capitalista mundial que influenciaram a evolução do Brasil como as especificidades internas – a política e a luta de classes. Começou por rejeitar a teoria da CEPAL, do subdesenvolvimento como “etapa” para o desenvolvimento das economias centrais, dada a debilidade de sua visão dual-estruturalista:

O “subdesenvolvimento” pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em “trânsito”, portanto, para formas mais avançadas e sedimentadas deste; sem embargo, uma tal postulação esquece que o “subdesenvolvimento” é precisamente uma “produção” da expansão do capitalismo. (...) na grande maioria dos casos, as economias pré-industriais da América Latina foram criadas pela expansão do capitalismo mundial, como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global; em resumo, o “subdesenvolvimento” é uma formação capitalista e não simplesmente histórica. (1972, p. 8)

Tendo por correta essa ideia – que não era estranha a Ruy Mauro Marini -, de que o “subdesenvolvimento” não é uma condição independente do desenvolvimento capitalista, e sim parte integrante de um mesmo sistema, Oliveira traçou um panorama do capitalismo brasileiro pós-1964 procurando fugir do tipo de abordagem que considerava “economicista”: na sua visão, as mudanças nas estruturas econômicas não independem das relações de poder que se dão no âmbito da política. Por esse motivo, o autor deixou claro:

(...) a perspectiva deste trabalho incorpora, como variáveis endógenas, o nível político ou as condições políticas do sistema: conforme o andamento da análise tratará de demonstrar, as “passagens” de um módulo a outro, de um ciclo a outro ciclo, não são inteligíveis economicamente “em si”, em qualquer sistema que revista características de dominação social. (1972, p. 5).

“Padrões de acumulação...” integrava uma coleção de ensaios reunidos em “Economia da Dependência Imperfeita”, que, apesar da relativa dispersão temática dos trabalhos, seguia um eixo fundamental – nas palavras do próprio Oliveira:

Buscar entender a especificidade do capitalismo no Brasil. (...) Essa especificidade não é a negação de que o sistema sócio-econômico-político aqui existente seja capitalista; ao contrário, nos termos de Marx, busca-se, através da *negação da negação*, encontrar o concreto do capitalismo aqui e agora. (1984, p. 1).

Ou seja, Francisco de Oliveira também expressava em sua produção uma ideia da qual compartilhavam os autores da TMD: não seria por “falta de capitalismo” que o Brasil ou ou-

tros países da América Latina se encontravam em situação de “subdesenvolvimento”. As formas como Oliveira e Marini trataram o caso brasileiro após 1964 serão discutidas adiante.

O CAPITALISMO BRASILEIRO PÓS-1964 EM RUY MAURO MARINI E FRANCISCO DE OLIVEIRA

Serão discutidos os ensaios “A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil”, de Ruy Mauro Marini, e “Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976)”, por Francisco de Oliveira, em termos das similaridades e divergências entre as interpretações que eles fazem do capitalismo brasileiro após a mudança de regime político.

Em “A dialética...”, Marini analisa as causas internas e externas do Golpe Militar de 1964, começando por refutar a noção de que o episódio havia resultado pura e simplesmente da intervenção estadunidense nos assuntos brasileiros. É a decisão consciente da burguesia brasileira de ocupar uma posição de “sócia menor” junto aos interesses do imperialismo estrangeiro que o autor procura explicar no texto, remontando ao pacto firmado no Estado Novo entre setores da burguesia industrial e a elite agroexportadora frente às reivindicações da classe trabalhadora.

Marini, ao discutir o desenvolvimento do Brasil entre 1930 e 1964 (período da “Revolução Brasileira”), critica duas características a ele atribuídas: “antiimperialista” e “antifeudal”. Para Marini, essas caracterizações

Conduzem, assim, a um só resultado – a caracterização da Revolução Brasileira como uma revolução democrático-burguesa – e descansam sobre duas premissas básicas: a primeira consiste em situar o antagonismo nação-imperialismo como a contradição principal do processo brasileiro; a segunda, em admitir um dualismo estrutural nessa mesma sociedade, que oporia o setor pré-capitalista ao setor propriamente capitalista. (...) Seu aspecto mais curioso é a união de uma noção antidialética, como a do dualismo estrutural, a uma noção paradialética, como seria a noção de uma revolução burguesa permanente, da qual os acontecimentos políticos brasileiros nos últimos 40 anos não teriam sido mais que episódios. (2012, p. 134).

De acordo com esse entendimento, a ditadura imposta de fora teria interrompido e até retrocedido o desenvolvimento atingido no Estado de Compromisso, na medida em que a burguesia nacional teria sido “forçada” a aderir ao golpe por temer a radicalização dos movimentos de massa nos últimos momentos do governo João Goulart. A burguesia e a pequena-burguesia, juntas, teriam tomado essa posição em nome da ordem para depois serem vilipendiadas pela orientação antidesenvolvimentista e desnacionalizante do governo militar.

Reconstituindo os antecedentes da crise da complementaridade burguesia industrial-oligarquia agrária, Marini observa que, entre os anos 1930 e 1950, a indústria nacional era alimentada pelo excedente econômico gerado pela exploração de camponeses e operários e tinha na estrutura agrária o elemento regulador da sua produção e do seu mercado de trabalho, ainda que tivesse constantemente de enfrentar o latifúndio e o capital comercial nas questões referentes à apropriação dos lucros que o sistema gerava.

Na medida em que se dava o desenvolvimento, o extremo industrial da relação ia se autonomizando, para entrar em conflito com o setor agrário. O autor identifica três fatores resultantes desse conflito: a) a crise geral das exportações, a partir de 1953, resultante das novas tendências que regiam o mercado mundial de matérias-primas; b) a incapacidade da agricultura para abastecer os mercados urbanos brasileiros, que se achavam em franca expansão; e c) a modernização tecnológica a acompanhar a industrialização, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, que reduziu a participação do trabalho humano nas fábricas e produziu um hiato entre os excedentes de mão de obra liberados da agricultura e as possibilidades de emprego criadas pela própria indústria. O problema tornou-se mais grave na medida em que essa mão de obra excedente não tinha condições de competir com a mão de obra empregada por sua baixa qualificação, podendo ser empregada apenas em atividades como a construção civil (MARINI, 2012, p. 139-142).

Esses três fatores determinaram a ruptura da complementaridade entre indústria e agricultura e ao mesmo tempo contribuíram para um acirramento da luta de classes. Uma expressão desse acirramento foram as Ligas Camponesas, formadas a partir de 1954. Diz Marini (2012, p. 142) que “sem jamais chegar a determinar o sentido da evolução da sociedade brasileira, o movimento camponês (...) acabou por se converter no pano de fundo no qual se projetou a radicalização da luta de classes nas cidades”. A sobredita ruptura exigiu da burguesia uma revisão do compromisso firmado em 1937, e essa revisão foi “ensaiada” em mais de uma ocasião: no segundo governo de Vargas (1951-1954), no governo de Jânio Quadros (1961) e no de João Goulart (1963-1964).

Não somente os elementos internos determinaram a decisão da burguesia brasileira em 1964. O sistema capitalista mundial influenciara a evolução da indústria do país. Em seu período-chave, que Marini localiza entre 1930 e 1950, a indústria nacional basicamente alavancou-se sobre a crise mundial do capitalismo, não somente porque a economia nacional não podia satisfazer a demanda interna por bens manufaturados via importação, mas também porque a crise tornou possível a aquisição de maquinaria e equipamentos do estrangeiro a baixo preço. Marini(2012, p. 143) ressalta que “*esta situação é comum para o conjunto dos países latino-americanos*”.

Assim, entre os anos 1930 e 1950 intensificou-se a penetração direta de capital estadunidense na economia brasileira, especialmente no setor manufatureiro, e essa investida de capitais privados dos Estados Unidos acompanhou uma mudança nas relações políticas entre os dois governos. Até a gestão Eisenhower, havia uma margem de negociação entre Brasil e Estados Unidos no sentido de possibilitar o financiamento público estadunidense para projetos brasileiros destinados a melhorar setores de base e infraestrutura. Após a posse de Eisenhower (1952), torna-se pungente para o governo republicano impedir que a burguesia brasileira tenha acesso a recursos que lhe permitam superar com autonomia os “pontos de estrangulamento” da sua industrialização, forçando-a a aceitar a participação direta dos capitais privados dos Estados Unidos.

Por mais que as reformas de base (sem reivindicações salariais) interessassem à burguesia brasileira, para Marini isso não tornava a classe antiimperialista ou antifeudal:

A primeira questão reside (...) em saber o que se entende por burguesia nacional. As vacilações da política burguesa e, principalmente, a conciliação com o impe-

rialismo colocada em prática no período de Juscelino, levaram a avaliações que mencionavam setores da burguesia comprometidos com o imperialismo, em oposição à burguesia propriamente nacional. Para muitos, esta última se identificaria à pequena e média burguesia, sendo tais setores comprometidos qualificados como uma burguesia monopolista ou grande burguesia. A distinção tem sua razão de ser. Pode-se, de fato, considerar que as nacionalizações, as reformas de base e a política externa independente representaram para a grande burguesia (...) mais um instrumento de chantagem destinado a aumentar seu poder de barganha frente ao imperialismo, que uma estratégia para conseguir um desenvolvimento propriamente autônomo do capitalismo nacional. Inversamente, para a pequena e média burguesia (que predominavam, por exemplo, setorialmente na indústria têxtil e na indústria de reparação de automóveis e, regionalmente, no Rio Grande do Sul), tratava-se efetivamente de limitar, ou mesmo excluir, a participação do imperialismo na economia brasileira. (2012, pp. 148-149).

Como se vê, Marini reconhece a diferença de comportamento entre uma “grande burguesia” e seus estratos inferiores, evidente pelo fato de que, para a primeira, a associação aos capitais privados estadunidenses era uma grande conveniência: o capital estrangeiro que entrava no país na forma de equipamentos e técnicas buscava preferencialmente as grandes unidades de produção, com capacidade para absorver uma tecnologia que, ainda que obsoleta no país de origem, era muito avançada para os padrões brasileiros. A associação a esses capitais também beneficiava a grande burguesia através das fontes de crédito e do aumento da mais-valia relativa das grandes empresas nacionais. Marini reconhece também que, pelo mesmo motivo, foram os estratos inferiores da burguesia e os grandes grupos ainda incapazes de concorrer com os capitais estadunidenses que se opuseram às políticas liberais de Jânio Quadros, beneficiárias dos monopólios, e exerceram pressão, no governo Goulart, para que se regulamentasse a exportação de lucros.

Entretanto, ele coloca que essas pressões não impediram a intensificação dos investimentos estrangeiros na indústria brasileira, e que o que esteve em jogo para todos os setores da elite, na crise do governo Goulart, “não era especificamente o desenvolvimento, nem o imperialismo, mas a taxa de lucros”, pois:

No momento em que os movimentos de massa que defendem a elevação dos salários se acentuaram, a burguesia esqueceu suas diferenças internas para fazer frente à única questão que lhe preocupa de fato: a redução de seus lucros. Isso foi tão mais verdadeiro na medida em que não apenas a alta dos preços agrícolas (...) passou ao segundo plano, em virtude da autonomia que tais reivindicações salariais ganharam, mas também porque o caráter político que estas assumiram pôs em perigo a própria estrutura de dominação vigente no país. (2012, p. 150-151).

Portanto, para Ruy Mauro Marini, a ditadura militar foi a consequência política inevitável do desenvolvimento capitalista brasileiro tal como este vinha ocorrendo e como “uma tentativa desesperada de abrir-lhe novas perspectivas”. O terror que a ditadura provocou nas intervenções sobre os sindicatos, na dissolução de partidos e agrupamentos políticos de esquerda, no fechamento de jornais, na prisão, tortura e assassinato de líderes operários e camponeses, ajudou-lhe a promover um novo equilíbrio entre as forças produtivas do país.

A seguir, no mesmo texto, ao explicar como a integração ao imperialismo estadu-

nidense orquestrada pelo governo militar visou aumentar a capacidade produtiva da indústria e, ao mesmo tempo, acelerar o desequilíbrio entre o crescimento e a criação de empregos no setor produtivo, Marini esboça a categoria do “subimperialismo”, melhor desenvolvida posteriormente em “Dialética da dependência”. O subimperialismo se apresenta para o Brasil quando este, para compensar sua incapacidade de ampliar o mercado interno, busca mercados na própria América Latina (entre os países da ALALC, por exemplo). O problema era o Brasil chegar à fase imperialista sem ter saído da dependência:

A consequência mais importante desse fato é que, ao contrário do que ocorre com as economias capitalistas centrais, o subimperialismo brasileiro não pode converter a espoliação que pretende realizar no exterior em um fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes. Em vez disso, devido a sua necessidade de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior estadunidense, tem que agravar violentamente a exploração do trabalho nos marcos da economia nacional, no esforço para reduzir seus custos de produção. (MARINI, 2012, p. 157).

O capitalismo brasileiro pós-1964, capitalismo da integração ao imperialismo e à nova divisão internacional do trabalho, é, para Marini:

Um sistema que já não é capaz de atender às aspirações de progresso material e liberdade política que mobilizam hoje as massas brasileiras. Inversamente, o sistema tende a destacar seus aspectos mais irracionais, canalizando quantidades crescentes do excedente econômico para o setor improdutivo da indústria bélica e aumentando, devido à necessidade de absorver parte da mão de obra desempregada, seu efetivo militar. (2012, p. 157).

Diante desse quadro, que Marini vê como de “guerra civil”, à classe operária só restaria a via da revolução, uma vez que os compromissos com os estratos burgueses estavam esgotados. Ao mesmo tempo, o caráter internacional da burguesia subimperialista acabaria identificando a luta de classe do proletariado brasileiro à guerra antiimperialista a nível continental. Tais eram as interpretações e expectativas de transformação de Ruy Mauro Marini acerca do novo Brasil que se estava construindo – um Brasil de tons, sem dúvida, mais sombrios – em finais da década de 1960.

O ensaio de Oliveira (1984, p. 76) busca entender “a expansão recente [até 1976] do capitalismo no Brasil do ponto de vista das articulações interdepartamentais [entre setores da economia] e das necessidades e das *formas* de financiamento que aquelas impõem (...)”. A divisão da economia em departamentos da qual se utiliza o sociólogo é uma adaptação do modelo da Teoria da Dinâmica Econômica de Michal Kalecki (1899-1970)⁸ e aparece da seguinte forma:

Departamento I, produtor de bens de capital ou, em sentido lato, de bens de produção, pois inclui os chamados bens intermediários, que são *também* capital constante; Departamento II, produtor de bens de consumo para os trabalhadores, que estamos chamando de bens de consumo não duráveis; e Departamento III, produtor de bens de consumo para os capitalistas, que estamos chamando de bens de consumo duráveis. (1984, p. 77).

Delimitado o problema, Oliveira passa a tratar do padrão de acumulação de capital

que se observou no Brasil de 1930 até o período Kubitscheck (1956-1961), cujo financiamento se baseava em três pontos: a) a manutenção de uma política cambial e fiscal que buscava transferir excedentes do setor agroexportador para o setor da indústria; b) a nacionalização dos ramos básicos do setor de produção de bens de capital; e c) uma contenção relativa do salário real dos trabalhadores, atenuada unicamente pela função que se atribuía às empresas estatais, qual fosse, *“produzir certos bens e, sobretudo, serviços abaixo do custo, transferindo em parte, por essa forma, poder de compra aos assalariados”* (OLIVEIRA, 1984, p. 79).

Esse padrão de acumulação não se concretizou por completo devido a duas ordens de obstáculos: em primeiro lugar, o financiamento externo da acumulação dependia da expansão das exportações agrícolas e da melhoria dos termos de intercâmbio. Ora, no último governo de Vargas, as exportações entraram em declínio; em segundo lugar, o financiamento interno recebia fôlego da apropriação pela indústria dos excedentes do setor de exportação, o que era preciso realizar protegendo a rentabilidade das empresas agroexportadoras visto que o pacto populista do Estado brasileiro pré-1964 inviabilizava uma reforma fiscal que, do lado do setor privado, captasse o excedente necessário para sua estratégia de acumulação. Do ponto de vista da aliança entre o Estado e as classes assalariadas, também não se pode utilizar a inflação como fonte de recursos.

O governo de Juscelino Kubitschek, apesar de ter sido montado sobre a mesma correlação de forças políticas que o de seu antecessor, marcaria uma ruptura no padrão de acumulação, uma guinada tão radical no âmbito das políticas econômicas que representou *“não somente uma mudança no padrão de acumulação da economia, mas uma redefinição do papel do Estado e das relações deste com a sociedade civil, terminando por liquidar a própria correlação de forças políticas que era sua base”* (OLIVEIRA, 1984, p. 83).

Oliveira explica a ruptura a partir de três fatores: 1) o padrão de acumulação anterior havia gerado um excedente em mãos do setor privado que aumentara enormemente o seu grau de concentração; 2) a nova divisão internacional do trabalho colocava a industrialização dos países periféricos ou dependentes no lugar de extensão do próprio capitalismo central; 3) o pacto populista conduzira as classes populares a uma *“fetichização do Estado”*, de maneira que a base popular do seu poder político dava força ao *“nacionalismo de Estado”*, pelo qual as empresas estatais seguiriam sendo potenciadoras da acumulação privada.

Do período Kubitschek em diante, o padrão de acumulação brasileiro passou a centrar-se na expansão do Departamento III (de produção de bens de consumo duráveis). O problema foi que esse Departamento veio a existir num Brasil que não apenas não havia esgotado seu reservatório de mão de obra, como também apresentava uma ampliação dessa reserva concomitante ao próprio crescimento da produção. Ademais, tentou-se implantar um setor de bens de consumo duráveis numa economia que mal havia consolidado a sua produção de bens de capital! Oliveira resume os problemas gerados pela disparidade entre os Departamentos I e III da seguinte forma:

Ora, o padrão de acumulação do novo período, resumido muito bem no slogan *“Cinquenta anos em cinco”*, pretendia fundar de golpe o Departamento III. Nessas condições, para salvar as dificuldades antepostas pelas relações de propor-

cionalidade entre um Departamento I apenas parcialmente esboçado e quantitativamente insuficiente e um Departamento III cujas dimensões sobrepujavam a capacidade de produção interna daquele Departamento I, somente havia uma forma: restabelecer o tipo de relação centro-periferia, já descrito. Mas, esse restabelecimento encontrava novos obstáculos na relativa inelasticidade de crescimento das exportações primárias nacionais. A solução encontrada (...) foi o recurso ao capital estrangeiro, sob a forma de investimento direto, de capital de risco. (1984, p. 85).

O novo padrão de acumulação, portanto, procurou novas estratégias para resolver o problema do financiamento interno. O Estado não podia captar excedentes do Departamento III, pois este havia sido recém fundado, e também não podia captar recursos do Departamento I, dado que o abastecimento de ferro, aço, petróleo, etc., era urgente e não se fazia viável contar com as importações – pois as exportações estavam caindo. Ao mesmo tempo, a capacidade fiscal do Estado estava no limite, devido à ampliação do capital social básico (obras de infraestrutura rodoviária e energética). A solução foi o financiamento inflacionário.

A maior consequência do padrão de acumulação centrado na expansão do Departamento III para a economia brasileira, além da relativa atrofia do Departamento I, foi

A extremada concentração da renda, que deriva imediatamente da forma da concentração de capital que o padrão de acumulação propiciou. Sem dúvida, a estruturação oligopolística dos novos setores e ramos, de que os casos da indústria automobilística e construção naval são exemplos marcantes, já contribuiria, decisivamente, para os resultados posteriores. (...) as dimensões do Departamento III na economia brasileira, cujo tamanho inicial foi recriadamente ampliado em parte pelos próprios resultados da concentração da renda que criou um mercado altamente seletivo, indicam, mais que qualquer estudo de distribuição da renda, o grau extremadamente concentrado da riqueza na economia brasileira... (OLIVEIRA, 1984, pp. 89-90).

A crise desse padrão de acumulação começou no final do governo Kubistchek. Os mandatos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) são vistos por Oliveira como “prisioneiros” do processo. O governo Goulart

Intenta uma política econômica (...) cuja essência consistia na preparação e implementação de uma recessão atenuada, para corrigir as já elevadas pressões inflacionárias; esse caráter contraditório da política econômica, de um lado visando restabelecer as condições do cálculo econômico e, portanto, da continuidade do processo de acumulação de capital, e, de outro, não podendo penalizar as classes trabalhadoras de onde retirava seu apoio político, vai levar à falência toda a política econômica, e não apenas ela: também o regime democrático. (OLIVEIRA, pp. 90-91).

A profunda recessão (1962-1967) na qual se inscreveu a mudança de regime político foi, aos olhos de Oliveira, produto da contradição entre um padrão de acumulação fundado no setor de bens de consumo duráveis e as fracas bases internas do setor de bens de capital. Mas foi também “*uma crise de realização dos excedentes internos que não podem retornar à circulação internacional do dinheiro-capital [e uma crise] gerada pela enorme gravitação das empresas de capital estrangeiro*” (OLIVEIRA, 1984, p. 92).

O “Milagre Brasileiro” ocorreu no bojo das políticas econômicas adotadas pelo novo regime de modo a solucionar a recessão dos anos 1960. Chico de Oliveira descreve o “milagre” em termos de duas etapas: uma de “agonia criadora” e a outra de “êxtase”. Na fase de “agonia”, o Estado brasileiro reorientou suas relações com o capital privado nacional e estrangeiro para salvar o financiamento externo e interno da acumulação.

Internamente, adotou-se *“um velho remédio, [que era] a contenção dos salários, cuja possibilidade se dá pelo desmantelamento, em primeiro lugar da coalizão política anterior, e em segundo pela intervenção nos sindicatos, postos sob controle do Governo”* (OLIVEIRA, 1984, p. 93). O Estado procurou remanejar os preços internos, buscando a eliminação dos déficits das empresas estatais e o aumento das margens de remuneração do capital investido em serviços básicos. Tal remanejamento deu lugar *“a pressões inflacionárias não desprezíveis conhecidas na literatura como ‘inflação corretiva’, mas seguramente o grau de oligopolização já alcançado dava condições para que isso não atingisse a rentabilidade das empresas (...)”* (OLIVEIRA, 1984, p. 93). Ou seja, o Estado brasileiro aplicou uma dura política creditícia para estrangular as empresas financeiramente mais débeis e assegurar a concentração de capital nas mãos dos oligopólios nacionais.

No campo do financiamento externo, também se limpou o terreno para a concentração. Isso não se operou mais pela entrada de capital de risco, mas via empréstimos no exterior. O Acordo de Garantias para o Investimento Estrangeiro, firmado nesse contexto, orientava-se para a “modernização” da economia nacional, o que significava adequá-la aos desempenhos das grandes corporações estrangeiras. Foram abertas as portas aos empréstimos para saldar as dívidas de importação e renegociar a dívida externa do país, ou seja,

Tratou-se logo de implementar um padrão de dívida externa cujo significado mais amplo e mais profundo é o de criar meios de pagamentos internacionais para realizar a remessa de lucros, dividendos, *royalties* e direitos de assistência técnica, cujos incrementos tornaram-se incompatíveis com as disponibilidades de divisas do País. (OLIVEIRA, 1984, p. 96).

Desse mecanismo beneficiaram-se mais as empresas estrangeiras com filiais no Brasil que as empresas privadas de capital nacional, que não possuíam relações externas suficientes para contar com o crédito internacional nem se encontravam, devido à recessão, em boa situação bancária.

Na fase de “êxtase”, que se coloca a partir de 1968, quando a recessão é contornada e o Brasil apresenta taxas de crescimento suficientemente altas para que os economistas denominem o fenômeno como “milagre”, recorre-se mais uma vez à dívida externa para dar conta do financiamento. Oliveira assim resume o momento:

O recurso à dívida externa soluciona, nessa etapa, a contradição assinalada entre um processo de expansão de realização interna controlado por propriedade externa, e mais, entre aquele processo e a exportação de estímulos para os Departamentos I das economias capitalistas centrais. (...) Lastreada, assim, no conjunto de premissas e fatores que se institucionalizaram no período da recessão até 1967, e viabilizada pela solução da dívida externa, a expansão da economia nacional disparou, conformando um novo recorde médio, em torno dos 8 a 9% anuais,

para um período tão largo quanto o de sete anos, 1968-1974. (1984, pp. 99-100).

Entretanto, o “milagre” gerou desproporcionalidades em dois sentidos: primeiro, o crescimento se concentrou no Departamento III, fato que em si é um sinal de concentração da renda, e tal crescimento *“levou essa concentração a um ponto em que a expansão do Departamento II da economia [de bens de consumo não duráveis] passa a depender, de novo, da exportação (...) de produtos agropecuários”* (OLIVEIRA, 1984, p. 100). Essa concentração reverteu numa penalização dos salários reais dos trabalhadores, que ao longo do “milagre” não tiveram um aumento real, mas foram acompanhando os preços. Num segundo sentido, Oliveira (1984, p. 101) afirma que *“a desproporcionalidade a que dá lugar esse tipo de expansão nas relações entre o Departamento III e o Departamento I pode ameaçar a própria continuidade da expansão à escala global da economia”*.

Assim, o “milagre” era nada mais que um pico de expansão concentrada num único setor, sobre o qual se escorava todo o padrão de acumulação de capital no Brasil. Mas esse padrão, alerta Oliveira, estava entrando em agonia,

Não por nenhum esgotamento de mercado ou outros argumentos do mesmo jaez, [mas] bloqueado pela intensidade de requerimentos do Departamento I que a própria expansão estimulou. E esse esgotamento se dá principalmente pela contradição entre a industrialização voltada para o mercado interno e o controle externo da propriedade do capital do Departamento III (...) (1984, p. 107).

A solução a longo prazo, frente à remota possibilidade de que o Departamento II pudesse levar a cabo a expansão dali para frente, estaria numa expansão do Departamento I, sobre o qual se assentariam as bases de um novo ciclo ou padrão de acumulação. Ter-se-ia que lidar, no entanto, com o dilema de onde colocar o controle sobre a propriedade do capital: no Estado, nos grupos privados nacionais ou nos grupos privados estrangeiros. Chico de Oliveira não esgota o problema, mas “lança a isca” para uma reflexão sobre a crescente penetração dos monopólios internacionais em setores-chave da economia brasileira.

Ora, que semelhanças e divergências se podem encontrar entre as duas abordagens?

Tem-se como obviedade que os dois autores são marxistas. No entanto, a produção de Ruy Mauro Marini caracteriza-se por um retorno à ortodoxia – que não deve ser entendida como dogmatismo, e sim como um esforço por rigor na aplicação de conceitos do materialismo histórico. Francisco de Oliveira também entrou em contato com o marxismo tardiamente – no sentido de que já havia oficialmente completado sua formação acadêmica antes de ler Marx -, mas, diferentemente de Marini, optou por uma perspectiva mais eclética.

Ruy Mauro Marini, como teórico da TMD, buscava entender o Brasil enquanto parte de um sistema mundial de relações capitalistas, do qual a situação de dependência era uma das facetas, ainda que em “A dialética...” ele se concentrasse nas especificidades da luta de classes naquele país e em como isso determinou a mudança de regime⁹. Evidentemente, a luta de classes não é uma peça solta nesse processo, e é à integração ao capitalismo internacional monopolista que correspondem as feições do Estado brasileiro que surge com o golpe deflagrado em 1964. Oli-

veira, por sua vez, propõe uma análise a partir das mudanças nos padrões de acumulação, espécie de pano de fundo sobre o qual se dá o golpe de Estado. Porém, ambos atentam para o fato de que a burguesia nacional foi consciente ao abrir a economia para o capital estadunidense, de que ela mesma optou pela posição de “sócia menor” do imperialismo na divisão internacional do trabalho.

A análise de Marini também confere mais espaço às mobilizações populares como catalisadoras da reação burguesa no contexto do fim do “Estado de complementaridade”, enquanto Oliveira, sim, cita as reivindicações dos trabalhadores como consequência da política de contenção salarial, no entanto dá mais ênfase à recessão e à disparidade entre os setores da economia como fatores que exigiram uma mudança de hegemonia política em 1964.

Se, por um lado, Marini dá importância ao conflito de interesses entre a burguesia industrial e a oligarquia agrária ao longo da crise do pacto de classes, Oliveira se concentra na predominância do setor de bens de consumo duráveis sobre o setor de bens de capital, mencionando pouco, ao longo da análise, os interesses de classe vinculados ao setor de bens de consumo não duráveis, no qual se inclui a produção agropecuária. Não obstante essas diferenças, os dois autores concordam quanto à inflação como mecanismo das elites para controle dos lucros em contextos de crise – nas palavras de Marini (2012, p. 89), *“um mecanismo através do qual as classes dominantes de uma sociedade procuram melhorar sua participação no montante de riqueza produzido.”*

Por fim, porém não esgotando as possibilidades de uma análise mais aprofundada das obras de cada autor, os dois intelectuais abraçam seus objetos de estudo preocupados não somente em descrever e explicar as problemáticas neles subjacentes, mas também em propor soluções para a realidade brasileira tal como ela lhes aparecia – um deles, é preciso lembrar, exilado do Brasil desde 1964. Marini, devido às especificidades de seu itinerário político, defendia a ideia de uma revolução popular socialista continental. Para ele e outros autores da TMD, não era possível assumir uma posição anti-imperialista sem ser anticapitalista, uma vez que as saídas “por dentro do sistema”, num país latino-americano, não romperiam com a situação de dependência. Francisco de Oliveira também foi e é de esquerda, mas em “Padrões de acumulação...”, não propõe uma revolução, e sim uma solução para a “agonia” brasileira naquela conjuntura dentro dos horizontes do modo de produção capitalista, um prognóstico técnico do que poderia ser feito.

Essas posições mais político-ideológicas não são demeritórias no que se refere à pertinência objetiva das análises de cada um: antes de tudo, eles eram cientistas sociais e estavam explicando uma realidade específica segundo os pressupostos teórico-metodológicos próprios às suas respectivas formações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi feito um panorama das origens históricas da Teoria da Dependência e de sua vertente marxista na América Latina. A seguir, foram comparados dois ensaios de dois pensadores latino-americanos do século XX quanto a suas abordagens sobre o capitalismo no Brasil entre 1964 e 1976: “A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil” (1969), de Ruy Mauro Marini; e “Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976)” [1977], de Francisco de Oli-

veira. Também foram considerados elementos de “Dialética da dependência” (1972), de Marini, e “Crítica à razão dualista” (1972), de Oliveira. Ambos os autores marxistas, um deles ligado à TMD; ambos com experiências na militância de esquerda latino-americana; ambos intérpretes do Brasil.

Diante das considerações que foram colocadas, seria interessante, daqui para frente, investir em pesquisas comparadas que contemplassem a obra integral de cada autor, empregando conceitos da História Intelectual que foram tocados de maneira superficial neste trabalho, tais como “geração intelectual”, “itinerário político” e “espaços de sociabilidade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAMBIRRA, Vânia. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. Siglo XXI, 1978.

BELLO, Carlos Alberto. **A originalidade da Economia Política de Francisco de Oliveira**. Pesquisa e Debate, SP, vol. 17, n. 1 (29), pp. 67-78, 2006. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/\(29\)carlos_alberto.pdf](http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/(29)carlos_alberto.pdf)>. Acesso em: 10/09/2012.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina – Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1973.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O regime político brasileiro**. Estudos CEBRAP, São Paulo-SP, v. 1, c. 6, 1972. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/o_regime_politico_brasileiro.pdf>. Acesso em: 11/12/2012.

_____. & SERRA, José. **As desventuras da Dialética da Dependência**. Estudos CEBRAP, 1978. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/as_desventuras_da_dialetica.pdp>. Acesso em: 11/12/2012.

CASTILHO, E. P. **Formação econômica do Brasil no pensamento de Francisco de Oliveira**. SP: Ed. PUC, 2008. Dissertação de mestrado. Disponível em: <http://www.verinotio.org/di/di19_eribelto_castilho.pdf>. Acesso em: 11/12/2012.

DOS SANTOS, Theotônio. **A Teoria da Dependência: um balanço histórico e teórico**. Texto para discussão do portal Reggen.org.br, s/d. Disponível em: <<http://www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriadadependencia.pdf>>.

DOS SANTOS, Theotônio. **Teoria da Dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000.

FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

_____. **Capitalismo y subdesarrollo en America Latina**. Buenos Aires, Ediciones Signos, 1970.

_____; COCKROFT, James D.; JOHNSON, Dale L. **Economia política del subdesarrollo en America Latina**. Buenos Aires, Ediciones Signos, 1970.

MARINI, Ruy Mauro. **A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil**. In: Subdesenvolvimento e revolução. Florianópolis: Insular, 2012.

_____. **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

_____. **Memória: por Ruy Mauro Marini.** In: TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

_____. **Plus valía extraordinaria y acumulación de capital.** Cuadernos Políticos, n. 20, Ediciones Era, México, abril-junio de 1979, pp. 18-39. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/009_plusvalia_es.htm>. Acesso em: 25/01/2013.

OLIVEIRA, Francisco M. C. de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista.** Estudos CEBRAP, São Paulo-SP, v. 1, c. 6, 1972. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/a_economia_brasileira.pdf>. Acesso em: 11/12/2012.

_____. **O ornitorrinco.** In: Crítica à razão dualista; e, O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976).** In: A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

OSÓRIO, Jaime. **El marxismo latinoamericano y la dependencia.** In: Crítica de la economía vulgar. Reproducción del capital y dependencia. México D.F., UAZ/Itaca, 2004.

PRADO, Fernando Correa. Vânia **Bambirra e o marxismo crítico latino-americano.** REBELA, v. 1, n. 1, jun. 2011. Disponível em: <<http://rebela.edugraf.ufsc.br/index.php/pc/article/view/24/26>>. Acesso em: 10/12/2012.

SINGER, Paul. **O milagre brasileiro: causas e consequências/As contradições do milagre.** Estudos CEBRAP, São Paulo-SP, v. 1, c. 6, 1972. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/as_contradicoes_do_milagrm.pdf>. Acesso em: 11/12/2012.

Notas

* Graduando em História pela UFRGS.

¹ Ver Oliveira (2003).

² Gunder Frank, particularmente, contribuiu muito para o debate marxista sobre a dependência criando a ideia de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Ver, nesse sentido, Gunder Frank (1970).

³ A respeito disso, Marini comenta: “carente de quadros, a esquerda no poder esvaziou as universidades em benefício da administração pública. No Cesó, isso conduziu à promoção do pessoal jovem (...) e à incorporação de novos membros, na maioria estrangeiros, do que resultou uma grande renovação. (...) além de mim, Theotônio e Vânia, ela contava com Vasconi, Frank, Marta Harnecker, Júlio López e, mais jovens, Roberto Pizarro, Cristián Sepúlveda, Jaime Torres, Marco Aurélio Garcia, Álvaro Briones, Guillermo Labarca, Antonio Sánchez, Marcelo García, Emir Sader e Jaime Osorio (...)” (2011a, p. 83).

⁴ Uma das mais imediatas e mais cáusticas, ainda que repleta de erros de interpretação rebatidos posteriormente por Marini, está em Cardoso e Serra (1978). Cardoso é responsável por inaugurar a série histórica de deturpações e mal-entendidos acerca do texto sobre a dependência, confundindo, por exemplo, a categoria “superexploração do trabalho”, típica do capitalismo dependente, com a de “mais-valia absoluta”. Ao menos os autores estavam certos em uma colocação: “Não é fácil ser intelectual nas sociedades da periferia do sistema capitalista”.

⁵ Para uma boa síntese, além de indicações bibliográficas, ver Castilho (2008).

⁶ Ver Cardoso (1972).

⁷ Ver Singer (1972).

⁸ No modelo de Kalecki, o Departamento I supre o valor total dos investimentos brutos, o Departamento II é responsável pelos bens de consumo dos capitalistas e o Departamento III, pela produção de bens de consumo destinados aos trabalhadores. Ver, a respeito da distinção entre as classificações dos setores da produção em Marini e Oliveira, o texto “Plusvaliaextraordinaria y acumulación de capital”, do próprio Marini, acessível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/009_plusvalia_es.htm>.

⁹ A Teoria Marxista da Dependência trabalha com distintos níveis de abstração, cada qual com suas devidas categorias de análise: *modo de produção capitalista*, *sistema-mundo*, *padrão de reprodução do capital*, *formação econômico-social* e *conjuntura*.